

Parte II - Estudos Empíricos
10. Jornalismo sob fluxos e ajustes: da autopercepção de editores ao processo midiático

Pedro Benevides

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

BENEVIDES, P. Jornalismo sob fluxos e ajustes: da autopercepção de editores ao processo midiático. In: BRAGA, J.L., RABELO, L., MACHADO, M., ZUCOLO, R., BENEVIDES, P., XAVIER, M.P., CALAZANS, R., CASALI, C., MELO, P.R., MEDEIROS, A.L., KLEIN, E., and PARES, A.D. *Matrizes interacionais: a comunicação constrói a sociedade* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2017, pp. 253-279. Paradigmas da Comunicação collection. ISBN: 978-85-7879-572-6. <https://doi.org/10.7476/9788578795726.0011>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

10. Jornalismo sob fluxos e ajustes: da autopercepção de editores ao processo midiático

Pedro Benevides

1. Introdução

A partir de depoimentos de editores de jornais diários impressos e online de seis capitais brasileiras, um conjunto de fenômenos será sistematizado visando a apreensão de dinâmicas substanciais do processo midiático e um trajeto específico de restauração da autoridade jornalística.

O elemento empírico será articulado ao teórico: tais dinâmicas e trajeto podem ser compreendidos a partir de estudos sobre midiaticização, sobretudo relacionando as noções de contrato, interfaces e fluxo contínuo, propostas por Antonio Fausto Neto desde 2006 e por José Luiz Braga desde 2007.

Este entrelaçamento de fenômenos sistematizados e estudos de midiaticização segue também a orientação sobre a alternância entre formas e processos: é preciso que o observador se “desloque das fronteiras internas de um determinado ‘sistema’ ” para transitar pelas zonas de interpenetração, segundo Fausto Neto (2010e, p. 97). Este autor, em seu projeto de pesquisa de 2010, indica o surgimento de uma “nova arquitetura comunicacional”, associada a “dinâmicas de circulação” (2010c, p. 11), o que é outro modo de

relacionar estruturação e fluxos. Esta baliza de método supõe que o estudo deve seguir um ritmo imposto pelo próprio processo midiático, que oscilaria entre agentes e flutuações, fronteiras e diluições, campos e deslocamentos, modelos e declinações, numa cadência que atravessa o processo midiático. Tal formulação atenta tanto para forças de estruturação, que fixam, sedimentam e regulam, quanto para forças de dinamização, que diluem, deslocam e fazem fluir. Assim, um ângulo de prospecção sobre o processo midiático pode ser concebido no entrecruzamento de componentes empíricos, teóricos e de método.

De abril de 2012 a maio de 2013¹⁰², foram realizadas *entrevistas abertas semidirigidas* (Kvale, 2011 e Valles, 2002), com editores de veículos noticiosos de empresas de comunicação em seis capitais brasileiras (conferir lista de entrevistados no final do artigo).

2. Percepções dos editores e reações dos jornais

Em seus depoimentos, os editores compartilham certa perplexidade em relação às iniciativas de outros agentes informativos, como um taxista que informa sobre ocorrências policiais e de trânsito pelo *twitter*; ou como políticos que nomeiam secretários pelas redes sociais, sem convocar coletiva de imprensa, para se dirigir diretamente ao eleitorado, e também para pressionar jornalistas a repercutirem tais decisões.

Essas mesmas iniciativas, por não contarem com o grau de especialização profissionalizada que distingue o jornal impresso diário, oferecem aos editores uma justificativa para sua existência.

102 Este artigo apresenta resultados de um estágio de pós-doutorado (de 2011 a 2014), com bolsa CNPq, realizado no âmbito do Projeto “Afetações da Mídiação sobre o Ofício Jornalístico”, coordenado por Antonio Fausto Neto, na Unisinos.

Em outras palavras, o vale-tudo da internet criaria demanda por selecionadores, filtros, editores, curadores etc., que assim ganham propósito e distinção renovados.

A informação sobre a prisão [de um deputado] foi dada em primeira mão pela dona de um restaurante. Isso era por volta das seis da manhã. Alguém viu e me ligou. (...) Quando eu entrei no *twitter* achando que ia ver uma pessoa falando, tinha um mundaréu. Já era. Já era notícia. Os meios de comunicação tinham dançado naquilo. (...) Ali foi um dos maiores exemplos que eu vi. A população em si se informou (...) sem mediação nenhuma, sem interferência nenhuma dos meios de comunicação (Márcio Noronha, diretor de redação dos veículos jornalísticos da Rede Diário de Comunicação, Manaus).

Existe uma tolerância muito grande com notícia que não é notícia – e depois conserta. Para o impresso, é inadmissível (Aruana Brianezi, diretora de redação do jornal *A Crítica*, Manaus).

Eu me senti afrontado por essa decisão. (...) Anunciar secretários pelo *twitter* teve o objetivo de contemplar toda a energia bastante positiva que ele [governador da Paraíba, Ricardo Coutinho] obteve nas redes sociais (...) mas também eu interpretei como uma desqualificação do rito clássico da intermediação [da coletiva de imprensa] (Walter Galvão, editor-geral do Sistema Correio da Paraíba).

Quais são as fontes que têm credibilidade pra falar sobre o que está acontecendo? (...) [Há pessoas que] se aproveitam dessa realidade da internet para dizer o que bem entendem, sem as consequências que nós, empresas jornalísticas, temos [que sofrer.] (...) A empresa tem um ativo fundamental: a informação de qualidade (Carlos Alexandre, editor-geral do *Correio Braziliense*).

Temos aí um leque de percepções à disposição dos editores: ora agentes externos parecem exibir capacidade informativa que desloca a exclusividade do jornal de referência, ora aqueles agentes expõem suas próprias fragilidades, que projetam a qualificação daquele tipo de jornal. Dito de outro modo, agentes informativos externos podem ser vistos como enfraquecedores ou legitimadores do jornal impresso. Dependendo das ocorrências visadas e dos interesses em jogo, as percepções podem se ajustar, oscilando do alarmismo sobre a extinção do jornal até a autoconfiança recheada de reportagens premiadas, rotativas recém-adquiridas e pesquisas atestando a credibilidade do jornal impresso diário.

Existe outro conjunto de fenômenos, envolvendo não propriamente autopercepções de editores, mas sobretudo reações concretas das empresas aos fluxos informativos externos. As organizações gradativamente se ajustam a um novo ambiente, comprometendo recursos e delegando responsabilidades específicas com a criação de funções e postos especializados, como a coordenação de mídias sociais, a elaboração de projetos especiais e a gestão de conteúdo. Depois da criação de sites jornalísticos estáticos e da passagem destes para os portais de notícias, ocorre a adesão das marcas jornalísticas às redes sociais, operacionalizando novos canais de distribuição e interação. Ao mesmo tempo, de modo informal, repórteres rotinizam seu trânsito nas redes sociais para colher informações, montar perfis e promover enquetes. A aferição de audiência passa a se capitalizar entre editores e repórteres, deixando de ser especialidade exclusiva de diretores comerciais computando tiragens, vendas e assinaturas, ou de institutos especializados de pesquisa. Os próprios jornalistas acompanham os acessos (*pageviews*) e postagens em suas matérias, assim como os editores monitoram os caminhos dos usuários pelo *Google Analytics*.

Paralelamente a estes recursos empregados na lida com novos agentes, plataformas e circuitos, podemos encontrar a aparição de uma construção muito peculiar de sentidos e vínculos midiáticos – uma dinâmica que se convencionou chamar de viralização, e que se estende à produção de notícias. Em Campo Grande, o editor do portal de notícias *Correio do Estado*, Fausto Brittes, relata o seguinte episódio: um cão com leishmaniose é puxado de moto por seu dono até o Centro de Controle de Zoonoses, onde os veterinários tiram foto das suas patas sangrando e registram queixa na delegacia de animais, cuja assessoria expõe a ocorrência em seu site. Monitorando a internet, o editor replica a matéria do site da delegacia. “Confesso pra você que eu não dei muita importância. Dei um destaque, porque eu acho uma judiação fazer isso com o animalzinho”. A partir desta replicação, outros sites de notícias publicam matérias similares. “De repente, no *facebook*, em tudo quanto era canto, começou um movimento de revolta.” O cão ganha nome a partir das redes sociais, onde também surge campanha – Salve Scooby – que se torna “febre nacional”, contra a posição oficial de sacrificar o animal. O jornal impresso *Correio do Estado* publica matéria com opiniões de especialistas. “Houve uma integração, porque a assunto também foi pra rádio, pra televisão. (...) Integrou tudo”. Finalmente, o prefeito, que já havia anunciado o sacrifício do cão, posta em seu *facebook* a decisão de poupar o animal (Fausto Brittes).

*

Neste breve conjunto de fenômenos existe uma expressiva variedade de reconhecimentos dos editores a respeito de sua relação com um fluxo diferenciado de informações. São percepções que se manifestam em diversos graus, da memória de apurações pontuais à participação em mudanças operacionais padronizadas, passando por reações imediatas e ajustes informais. A sistematização acima

visa expor uma clivagem dos fenômenos, partindo de uma auto-percepção que oscila entre incerteza e autoconfiança e que envolve uma série de reações metódicas das empresas para incorporar fluxos, incidir sobre eles e se alimentar deles. Estas reações incluem adaptações tateantes a movimentações imprevistas, que paulatinamente vão ganhando nome próprio, como a viralização. Tais impressões e reações podem ser portas de entrada para a concepção de um processo geral subjacente.

Do ponto de vista dos editores, coloca-se um trajeto de mudanças externas e ajustes internos, com novos equipamentos que se acumulam: num primeiro momento, um taxista com *twitter* “dava furo toda a hora – acidente aqui, assalto ali”; depois, ele começa a ajudar o jornal, ligando para a redação, que envia repórter; num terceiro passo, o jornal cria seus canais de divulgação e apuração por dentro das redes sociais, diz Marcio Noronha sobre o *Diário do Amazonas*.

O volume de informação que chega é gigantesco, então a gente pode selecionar muito (...). As redes sociais são o maior celeiro de pauta do mundo. (...) A redação sempre vai ter esse papel centralizador de fluxo de informação. (...) O fluxo chega muito lá dentro da redação, mas as redes sociais são uma janela para um outro fluxo, que está passando ali. A gente é um lago que está recebendo mas tem um rio passando onde temos que pescar, e aí sim dar o trato jornalístico (Márcio Noronha, Rede Diário de Comunicação, Manaus).

Gradativamente, os jornais montam uma gama de equipamentos profissionalizados para lidar com as incertezas, e o reconhecimento de empresas sobre fluxos externos vai deixando o estágio de perplexidade e atingindo um acúmulo de técnicas e instrumentos, numa capacitação para se aproveitar das dinâmicas externas de produção. Mas não há equilíbrio fixado nem instabilidade eliminada: esta pode reaparecer, como nos episódios de

viralização, que indicam a permanência de certa autonomia de agentes e fluxos, ainda que agora estes possam ser articulados de modo mais maduro pelos grandes produtores de notícias.

*

Os agentes externos indicados pelos editores frequentemente aparecem como altamente voláteis e são indicados com termos genéricos (“as redes”). Ao mesmo tempo, é óbvio que o fluxo não é assim tão fluido: existem trânsitos preferenciais em algumas plataformas bem definidas, que se remanejam com a rápida ascensão de novos gigantes – sendo *facebook* e *twitter* referências obrigatórias na maioria dos depoimentos. Há uma poderosa hierarquia já instalada nos próprios fluxos destacados pelos depoimentos e as chamadas redes sociais se tornam os mediadores privilegiados entre veículos jornalísticos e os vínculos e conteúdos do fluxo online. Estes veículos se equipam ora com recursos próprios, como os portais; ora com recursos incorporados, como na atração de blogs para os portais de notícias; ora com inserção em recursos alheios, como nas páginas de marcas jornalísticas instaladas em redes sociais – e neste último caso a gestão dos fluxos depende de sua hierarquização interna prévia, ou seja, da emergência de gigantes online. Os veículos de mídia reconstroem suas operações, cujo resultado não precisa ser completo para ser satisfatório, ou seja, o fluxo externo manterá certa autonomia e imprevisibilidade, sem impedir uma boa eficácia da gestão interna de fluxos por parte de empresas produtoras de notícias. Estas articulações de grande porte fatalmente convivem com o desgarramento dos fluxos online. O gigantismo das redes sociais e a inserção nelas de veículos comerciais consagrados não elimina o potencial agregador do trânsito online individualizado. Uma vez que as redes sociais oligopolizadas dependem do chamado usuário gerador de conteúdos, fica mantido um grau de fluidez irredutível nos pilares da hierarquia.

Dito isso, podemos voltar àquela oscilação na percepção dos editores sobre a relação entre produção de notícias e fluxos de informação. Agora fica nítido que a perplexidade e autoconfiança exprimem um espectro de recorrências bem definidas. Uma instrumentalização progressiva é acionada pelo jornal, que exhibe a força gravitacional de seu prestígio e sua capacidade produtiva previamente acumulada. Atores estratégicos coordenam fluxos através de veículos consagrados e de novas plataformas conglomeradas, enquanto indivíduos e agrupamentos sem maior poder de decisão criam competências dispersas porém volumosas que incidem nas operações daqueles atores. O terreno fluido onde aparentemente todos os caminhos hiperlinkados são possíveis é invadido por um punhado de gigantes incontornáveis, que dependem dos usuários como seus provedores de conteúdos e vínculos. Assim, a força de atração dos fluxos se torna uma composição conjunta e desigual de empresas centralizadas e usuários dispersos. Uma vez enredados, os usuários podem gozar dos canais de interação com os jornais, que criam procedimentos cotidianos de trânsito em redes. As ocorrências podem assumir inúmeras combinações. O que importa sublinhar é a emergência de um quadro específico de hierarquia, interdependência e instabilidade.

3. Três momentos do processo midiático

Vimos a partir dos depoimentos de editores uma série de percepções, que indicam um conjunto de recursos, posições e relações. Este conjunto foi composto em função de agentes e de suas ações. Veremos agora o mesmo quadro, mas enfatizando as dinâmicas, que são clivadas ou segmentadas a partir de suas diferentes relações com o ponto de observação dos editores, que é a própria empresa jornalística. Extrapolando os fenômenos jornalísticos que lhes servem de

ponto de apoio, esses segmentos ou clivagens tem alcance maior e podem ser caracterizados como momentos do processo midiático. O termo “momento” não tem conotação cronológica, como uma etapa que seria sucedida por outra. Os momentos são dimensões do processo, simultâneas e articuladas.

O primeiro momento é feito de relações diretas entre o produtor industrial de notícias e os fluxos de informação, muito nítidas na ligação entre o impresso e o seu portal, com sua abertura para comentários e aferição de acessos. Os vínculos midiáticos aqui possuem um grau forte de centralização nos agentes empresariais produtores. É um momento de pregnância, para usar termo de Antonio Fausto Neto.

O segundo momento se compõe de relações contíguas mas não atreladas entre produtores e fluxos, com estes fluxos podendo assumir ritmo próprio a partir da contiguidade. Se o portal lançado a partir do impresso se situa na primeira clivagem, a inserção do jornal em redes sociais já acolhe com maior maleabilidade o desatrelamento dos fluxos, ainda que visando certa incidência. Esse terreno relativamente desgarrado é aquele usado pelo político que anuncia decisão pelas redes, já antecipando a contiguidade que irritará os editores de jornal impresso. O limite dessas iniciativas de grandes agentes – que buscam envolver o fluxo mas não conseguem completamente – expõe o caráter de direcionamento próprio desse vínculo midiático. É um momento de fluxo adiante, nos termos de José Luiz Braga.

O terceiro momento se faz de trajetos que não dependem diretamente de decisão, provocação, acolhimento ou incidência de grandes veículos midiáticos e jornalísticos. Esta terceira clivagem se compõe de uma torrente de conteúdos que podem permanecer ausentes da programação e ignorados pelos seus gestores. São todas as mensagens de texto, sons e imagens emitidas, compartilhadas e

recompostas em plataformas digitais. Nos depoimentos citados, este momento aparece pontualmente num caso de viralização ou metaforicamente na imagem de uma corrente líquida – rio ao lado do lago, como disse o editor. Em instantes excepcionais, os grandes produtores são tocados por estes vínculos midiáticos à deriva, expondo para eles sua existência massiva, sinuosa e silenciosa, do ponto de vista da programação.

A sistematização de fenômenos tomados dos depoimentos de editores é um modo de apreender uma dimensão geral e subjacente, aqui chamada de processo midiático, composta de agentes estratégicos e usuários dispersos, e clivada em momentos substanciais. Agora, esses momentos serão desentranhados dos estudos sobre mediação.

Momento de gestação

Em 2007, Fausto Neto retoma a noção de contrato de leitura para indicar as transformações nas quais ela estaria envolvida. O contrato é definido como prática enunciativa através da qual uma estrutura de produção discursiva estabelece contato com seus consumidores. O produtor monta um conjunto de regras que “organizam os modos de vinculação entre as ofertas e recepção dos discursos midiáticos, e que se formalizam nas práticas textuais” (Fausto Neto, 2007b, p. 10). As ordenações sedimentadas no contrato visam atingir um “campo de efeitos” e exprimem uma “lógica de calculabilidade” (ibidem, p. 14). A iniciativa dos produtores não pode ser meramente unilateral, pois o contrato só é eficaz se constituir também um campo de interesses, no qual os consumidores percebam o reconhecimento de suas expectativas, sem o que os próprios produtores não poderiam ser reconhecidos. Fica assim estabelecido um reconhecimento recíproco, porém sempre regido pelos postulados

do âmbito produtivo, de modo que a interação é assimétrica. Os efeitos calculados pelos produtores fatalmente sofrem descompassos, uma vez que o discurso ofertado será recebido por uma “pluralidade dos atores, nas suas diferentes ambiências, identidades biográficas e construções simbólicas” (ibidem, p. 13). O contrato está fadado a apropriações diferenciadas, devido às múltiplas gramáticas com as quais a recepção o maneja, gerando entre a produção e a recepção “uma inevitável ‘situação de desajuste’ ” (idem ibidem). Assim, o vínculo se dá num duplo registro, composto de ordenamentos e defasagens: por um lado, a oferta incorpora interesses dos consumidores, sempre segundo as prioridades de instâncias produtoras, fora do controle dos leitores, cujo acesso é mediado pelas regras do contrato; por outro lado, lógicas diferenciadas de uso e leitura infletem o contrato ofertado (ibidem, pp. 13-14). O impulso ao ordenamento é tão inevitável quanto a inclinação ao desajuste. Implicado nas apropriações realizadas no âmbito do consumo, impõe-se certo grau de autonomia dos leitores, que não é necessariamente deliberada ou crítica e que não anula nem compensa a assimetria da interação.

Em artigo de 2008, Fausto Neto incorpora a ideia de que, efetivamente, operações de “produção de mensagens passam gradativamente para as mãos dos receptores”, que também são convidados pelas estruturas de produção para nelas se inserir como colaboradores, numa expansão de expedientes interativos (2008b, p. 100). O que aparece como um “novo regime de cooperação” faz parte de uma “estratégia, que poderia ser chamada de fechamento de circuitos de sentidos”, que por sua vez não pode se realizar integralmente, uma vez que se impõem “as incertezas e as indeterminações desta ‘realidade de desajuste’”, cuja dinâmica exige continuamente a criação de novos métodos de os produtores vincularem o público como colaboradores, desde que “assegurando tal relação com a expressão do seu próprio lugar [o do produtor]” (ibidem, pp. 100-103).

Forma-se assim a imagem do “co-gestor”, situado num “suposto regime de simetrias” que visa “dissimular as diferenças” entre produtores e receptores (ibidem, pp. 101-102). A imagem de cooperação e os novos procedimentos que lhe dão lastro não eliminam a relação básica entre ordenamentos e desajustes, ainda que esta relação se estabeleça em novos expedientes, que pedem especificação. A efetiva apropriação de algumas operações de produção por parte dos usuários não neutraliza a incidência preponderante de “postulados que permanecem no âmbito da lógica do sistema produtivo” (ibidem, p. 101), que por sua vez não anulam o novo ritmo de desajustes, necessariamente acompanhado da instalação das “zonas de pregnancies” (ibidem, p. 103).

No redesenho dos elos entre produção e recepção, colocam-se desdobramentos, bifurcações e acoplamentos em “novas zonas de produção de sentido” (2010e, p. 94). As articulações e contatos que ligavam produtores e receptores se tornam acoplamentos e “situações de interface” que ocorrem em “zonas de pregnancies” (ibidem, p. 93-94). Nestas, receptores perambulam, migram e quebram zonas clássicas de fidelização, no que seria uma ampliação do descompasso: contatos com um meio são desdobrados em vários outros e as pessoas assistem cada vez menos aos mesmos programas (2010a, p. 64). Assim, as “lógicas dos ‘contratos’ são subsumidas por outras ‘lógicas de interfaces’” (idem ibidem).

Trata-se então de uma efetiva mudança nas interações entre produtores e receptores, porém carregando uma pretensão de diluição de fronteiras em sentido horizontal. Sem dúvida que os “receptores [estão] crescentemente instalados no interior do sistema produtivo”, porém essa noção de uma nova protagonização do consumidor está situada em “estratégias de inclusão” que operam “supostas diluições de diferenças”. Para apreender a transformação efetiva dos protocolos de interação sem aceitar sua imagem

igualitária, Fausto Neto está buscando termos consistentes, como a “emergência de ‘zonas de pregnancies’ cujo trabalho enunciativo pode apontar para novas ‘políticas de sentido’” (2008b, 100-102).

Somos herdeiros de um vínculo enunciativo contratual entre produtores e consumidores midiáticos com regras relativamente bem definidas que constroem um campo de reconhecimentos, cuja assimetria aparece como uma fronteira, ainda que nuançada pelas defasagens lastreadas em dinâmicas culturais diferenciadas envolvendo uma diversidade de espectadores. Na etapa atual do processo midiático, o contrato sofre uma inflexão, que aparece de diversos modos, inclusive no convite à inserção dos receptores no âmbito da produção como colaboradores. Constitui-se uma zona diferenciada de produção de sentido, que pode ser indicada pelo termo “pregnância”, designando a premência da interface, que não dilui o contrato, e a emergência da circulação, que não equaliza os polos da produção e da recepção. Trata-se de um espectro específico de ordenamentos e desajustes, envolvendo tanto cálculos visando o fechamento de circuitos quanto discrepâncias envolvendo a pulverização de fontes e a customização de dispositivos móveis. Essas zonas pregnantas de produção de sentido são entendidas aqui como o primeiro momento do processo midiático, que se distingue dos demais pelo elo indissolúvel que prende todos os componentes a produtores cuja força centralizada é incontrastável.

Momento de fluxo adiante

Em 2012, José Luiz Braga sublinha a ideia de subsunção dos contratos pelas interfaces (que vimos acima, com Fausto Neto) e elabora um passo adicional na intenção de compor o quadro da circulação. Nas relações entre produtor e receptor, “este último faz seguir adiante as reações ao que recebe”, num “processo de

fluxo contínuo, sempre adiante” (2012b, pp. 39-40). O fluxo pode eventualmente retornar aos emissores originais mas o seu traço fundamental é que não prioriza a devolução de respostas a eles, e nem se fixa na situação de recepção ou em relações diretas entre produtor e receptor (idem *ibidem*). Também é constitutivo deste fluxo a construção de uma espécie de circuito inverso, que Braga chama de “contrafluxo de escuta” (*ibidem*, p. 48), sem que seja essencial um retorno ou resposta ao emissor. A produção é modificada pelas expectativas atuais acerca da circulação futura, tornando o conjunto da circulação composto por uma sequência de antecipações ou ajustes prévios. “No contrafluxo, passamos a produzir a partir das respostas que pretendemos, esperamos ou receamos” (2012c, p. 50; traduzido do espanhol), numa retroação que se constitui como “produção com previsão em contrafluxo” (*ibidem*, p. 53; traduzido do espanhol).

Na formulação de Braga, os dois aspectos se combinam e são indissociáveis: é um “fluxo contínuo, marcado pela retroação da escuta prevista” (2012b, p. 40). A partir das interfaces estudadas por Fausto Neto, Braga percebe um fluxo distinto, no qual a produção já não é preponderante e que tem lastro na ampliação e capilarização de instrumentos midiáticos entre agentes sociais que não são apenas os grandes produtores. Concretamente, o fluxo pode se manifestar como comentários sobre um filme, que podem: se desdobrar como polêmicas em bares e em redes sociais; levar a reposições do produto em outras plataformas; incitar sistematizações em espaços especializados; gerar outros produtos, e assim por diante, com cada passo interferindo sobre os outros, e atravessando espaços públicos e privados, profissionais e leigos, grupais e solitários, sem ordem predefinida (*ibidem*, pp. 39-44).

Este fluxo contínuo pode ser entendido como momento contíguo mas não atrelado aos grandes grupos produtores, ainda que

não fixado neles, sendo esta a distinção deste momento do processo. O “adiante” de Braga é intermediário entre uma abertura que se encontra à frente e o polo produtor do qual o fluxo parte – são “reações *ao que recebe*” (ibidem, p. 39; grifo meu). Assim, o fluxo é contíguo ao recebimento, que (aqui neste ângulo de prospecção) se situa no momento de *pregnância*. Os grandes agentes produtores não predominam, mas são o ponto de partida indispensável, sem prejuízo do trânsito ampliado e de percurso próprio, que diferencia este fluxo em relação à *pregnância*. Tal fluxo pode ser entendido como o segundo momento do processo midiático, cuja marca está na capacidade de montar um trajeto específico para além da *pregnância* de sentidos atrelada à força gravitacional dos produtores oligopólicos.

Momento de deriva

Até aqui temos duas abstrações bem demarcadas: Fausto Neto concebe sentidos *pregnantes* na relação entre sistema e entorno, compondo zona própria; e Braga elabora fluxos que se projetam adiante. Creio ser necessário considerar um terceiro momento, marcado pelo cruzamento entre conversação cotidiana e tecnologias de informação e comunicação (TIC), a partir do qual circulam imagens, textos e sons. A principal diferença em relação ao segundo momento é a desnecessidade de contato dos usuários com os produtos dos grandes veículos de mídia. Constitui-se um momento composto de incontáveis vínculos e conteúdos midiáticos que não precisam começar nem terminar pelas empresas produtoras midiáticas de maior porte. São criados produtos com escala e critérios específicos, sem termo de comparação direto com a qualidade de produtos profissionalizados. Seus sentidos se dão ao largo do planejamento empresarial dos veículos midiáticos

consolidados nas etapas anteriores, embora tais sentidos estejam cada vez mais envolvidos pelas estratégias dos novos gigantes que emergem das TIC.

Estes sentidos à deriva não estão isolados. As grandes empresas ora são obrigadas a recorrer pontualmente a conteúdos deste momento (pescar no rio que passa ao lado, como disse o editor), ora incorporam esses produtos à programação, mas a deriva não se mede por essa disposição. Os agentes dos produtos espontâneos e errantes também introjetam parâmetros de sucesso, de humor, de curiosidade etc. que se moldaram em contato com os grandes produtos. Nem por isso são esses parâmetros que vigoram nesta deriva. Ainda que este momento apresente sua particularidade em relação aos dois primeiros, isso não lhe confere atributos de independência ou autonomia – essa carga de deliberação e de contraposição não tem cabimento. A noção de “amadorismo” é frágil pois tenta descrever fluxos e conteúdos em contraste com profissionalismo. Na presente prospecção, o termo “deriva” convida ao esforço de investigar sua cadência específica.

Este momento de deriva está implícito em estudos sobre midiaticização. Miège também indica que “a ‘comunicação nova’ *escapará* de uma maneira ou de outra” dos esforços de posicionamento das “médias em uso” (2009a, pp. 122-123; grifo meu). Fausto Neto percebe que “o dispositivo jornalístico avoca para si a realização de operações (interpretativas) que não deixam o sentido ficar à deriva” (Fausto Neto, 2007b, p. 12). Esse cálculo visando o fechamento expõe a existência de um ritmo errante, que pode ser pensado em termos próprios, com predomínio da deriva. Fausto Neto argumenta que a “protagonização do leitor” é tanto método de fechamento de circuito como exigência da nova dinâmica de desajuste. Se ocorre o acolhimento de receptores no âmbito da produção “enquanto co-operadores de enunciação”, isso não elimina a

preocupação contínua de que receptores “possam vagar para ‘pontos de fugas’, comprometendo o protocolo de sentido e suas metas comerciais e de audiência” (Fausto Neto, 2008b, pp. 100-101). A preocupação com a deriva e com a fuga, que aparece no estudo voltado às pregnancies, pode ser reenquadrada: o que é “ponto de fuga” para os produtores tem lastro em um momento específico do processo midiático. O perigo de escape está radicado justamente neste momento de deriva. Aqui a fuga se realiza, mas não nos termos da preocupação de gestores e sim como ação espontânea de quem nem se importa em fugir, uma vez que o deslizamento não quer partir de ou chegar a nenhum ponto equivalente às metas de grandes operadores midiáticos.

Se “cada vez mais, menores contingentes de pessoas ouvem o mesmo programa” (Fausto Neto, 2007b, p. 9), cria-se também um contingente cada vez maior vinculado a uma conversação que se midiática nas TIC: conteúdos midiáticos compostos de imagens, textos e sons, todos produzidos ao largo das grandes empresas midiáticas tradicionais. É um novo repertório de conteúdos e vínculos, cujo interesse reside justamente na espontaneidade dos registros e na proximidade dos envios e manejos, qualidades que não se encontram nas superproduções, para as quais aquele contingente é desviante.

4. A prospecção

Se o “ângulo de prospecção” (Braga, 2007, p. 157) tem a virtude de incitar questões, nesse caso específico, ele permite reunir fenômenos e elaborações teóricas e de método servindo como um anteparo às polêmicas comumente referidas à internet, que tendem a nos sugar. A avalanche de opiniões, relatórios de institutos de pesquisa, ocorrências aparentemente decisivas, artigos acadêmicos,

debates disponibilizados online, operações supostamente inéditas, práticas pulverizadas e uma série de potenciais inscritos em cada uma destas – tudo isso funciona como um turbilhão que propicia conclusões retumbantes lastreadas num grande número de elementos que, afinal, são apenas uma fração das dinâmicas que se impõem. Diante dessa torrente de fatores e correntes, a ferramenta prospectiva apresentada neste capítulo procura vincular um *corpus* metodicamente construído a formulações de pesquisadores que há décadas se debruçam sobre comunicação e mídia, ligando estudos amadurecidos e fenômenos observáveis para montar um quadro de componentes substanciais.

Manaus, AMAZONAS – Editores entrevistados

Rede Calderaro de Comunicação

- Aruana Brianezi, diretora de redação do jornal *A Crítica*, entrevistada em 22.11.2012.

- Diamantino Júnior, editor do jornal *Manaus Hoje*, entrevistado em 22.11.2012.

- André Alves, gerente do portal *acritica.com*, entrevistado em 22.11.2012.

Rede Diário de Comunicação

- Márcio Noronha, diretor de redação dos veículos jornalísticos da Rede Diário de Comunicação, entrevistado em 23.11.2012.

- Ademar Vieira, editor do jornal *Dez Minutos*, entrevistado em 23.11.2012.
- Dante Graça, editor do portal *D24am*, entrevistado em 23.11.2012.
- Cris Braga, coordenadora de mídias sociais na Rede Diário de Comunicação, em 23.11.2012.
- Também entrevistada: Monica Santaella, ex-editora do extinto *Correio Amazonense*, atual assessora de comunicação da prefeitura de Manaus, em 21.11.2012.

Belém, PARÁ – Editores entrevistados

Organizações Rômulo Maiorana

- Lázaro Moraes, editor-chefe do jornal *O Liberal*, entrevistado em 30.11.2012.
- Elisângela Soares, editora de conteúdo do *portal ORM*, entrevistada em 27.11.2012.
- Também entrevistado: Michel Psaros, gerente do portal ORM, Belém, em 27.11.2012

Rede Brasil Amazônia

- Fábio Novoa, editor de cidades do *Diário do Pará*, entrevistado em 30.11.2012.

- Cláudio Darwich, editor portal *Diário Online – DOL*, Belém, entrevistado por telefone em 30.11.2012.

João Pessoa, PARAÍBA – Editores entrevistados

Sistema Correio

- Walter Galvão, editor-geral do Sistema Correio, também editor do jornal *Correio da Paraíba* e do jornal *Já*, entrevistado em 26.09.2012.

- Hermes de Luna, editor do *Portal Correio*, João Pessoa, entrevistado em 06.12.2012.

- Também entrevistado: Linaldo Guedes, Coord. Radiojornalismo do Sistema Correio, em 26.09.2012.

Rede Paraíba de Comunicação

- Angélica Lúcio, editora-geral do *Jornal da Paraíba*, entrevistada em 26.09.2012.

- Tatiana Ramos, editora de conteúdos de internet da Rede Paraíba de Comunicação (envolve G1PB, GE e JPonline), entrevistada em 05.12.2012.

- Também entrevistados: Ricardo Oliveira, coordenador de mídias digitais da Rede Paraíba de Comunicação, em 05.12.2012; Aline Lins, editora de cidades do *Jornal da Paraíba*, em 05.12.2012; Gean Gregório, editor de economia do *Jornal da Paraíba*, em 05.12.2012.

Suíte nº 7

“Jornalismo sob fluxos e ajustes”, de Pedro Benevides

José Luiz Braga

No âmbito habitualmente referido como “notícias jornalísticas”, Pedro Benevides faz uma observação de circuitos e dinâmicas viabilizados por aparatos digitais, e que crescentemente geram e fazem circular informações. Editores de jornais mostram uma percepção do campo jornalístico atravessado e eventualmente ameaçado por novas tendências de circulação de informação na sociedade.

A situação evidencia um tensionamento exercido através de novas tecnologias sobre um campo social já midiático. Mas o que vemos aí não é um embate de tecnologias. Trata-se antes de lógicas interacionais diversificadas em que a tecnologia entra como um componente apenas relativamente condicionante, junto com outros “códigos” de diversas naturezas – a linguagem, as práticas profissionais, os padrões da indústria cultural, os objetivos dos participantes.

Os editores entrevistados reafirmam as bases de sua legitimidade operacional – “informação de qualidade”; seleção judiciosa de fontes; “ritos clássicos de intermediação” (sem estes, a informação ocorreria “sem mediação nenhuma”); credibilidade construída por processos hoje canônicos. Os processos de circulação “concorrentes” aparecem como dispersores, não confiáveis, sem competência profissional, sem legitimidade.

O texto mostra como os jornais, sob esse tensionamento, rapidamente desenvolveram reações adaptativas – trazendo para dentro de seus dispositivos processos interacionais gerados em circuitos externos, e aí os ajustando a seus objetivos, ampliando suas interações de apuração, antes circunscritas às fontes habituais. Os jornais passam a “se aproveitar das dinâmicas externas de produção”, desenvolvem “reações metódicas [...] para incorporar fluxos, incidir sobre eles e se alimentar deles”. Isso implica “adaptações tateantes a movimentações imprevistas”. Esses processos modificam lógicas do jornalismo de grande mídia e recompõem usos de redes a serviço de ações pretendidas pelo jornal.

Ocorrem assim revisões do sistema interacional interno do dispositivo de ação jornalística; e de suas relações externas, através da reformulação de circuitos em que o trabalho jornalístico se inscreve. O processo implica também uma experimentação de processos para articular essas potencialidades às lógicas do “fazer jornal”.

É claro que os jornais o fazem com o objetivo de assegurar sua autonomia institucional longamente constituída. Mas se ajustam – modificando circuitos anteriores e posteriores à construção da notícia – como caminho necessário para manter relações com a sociedade e demais instituições. O resultado implica um redesenho da estrutura, com novas partilhas ainda em curso de elaboração.

O estudo de Pedro Benevides mostra o atravessamento que as atuais experimentações de interação social exercem nesse campo. Vamos comentar três questões para as quais a parte empírica e a elaboração teórica do capítulo oferecem pistas. São as seguintes:

- a questão dos modos de credibilidade relacionados à circulação da informação;
- a questão das simetrias e assimetrias na relação entre produtores e receptores;

- a questão da diversidade de ângulos informativos relevantes para a opinião pública.

*

Um dos entrevistados argumenta com “a credibilidade para falar sobre o que está acontecendo”. O dispositivo jornalístico se assegura, profissionalmente, de padrões operacionais que são a base de sua credibilidade: busca de fontes fidedignas; ouvir sistematicamente o outro lado; formulação redacional sem ênfase em opiniões e preferências; continuidade de acompanhamento de processos socialmente relevantes; seleção de fatos e ângulos mais pertinentes; busca de fontes especializadas nas questões envolvidas. O aparato profissional gera um padrão de produção que – malgrado críticas que se podem fazer a tendências políticas e a um viés seletivo por temas e ângulos que não abrangem a gama dos interesses sociais – viabiliza, para o leitor, o desenvolvimento de competências interpretativas para “ler nas entrelinhas”.

Essa argumentação parece estar na base da posição defensiva de editores perante ações informacionais postas em circulação diretamente a partir das ocorrências sociais. A credibilidade da “informação direta” seria comprometida pela posição interessada do participante da ocorrência, que a informa. Não seriam apresentados pontos de vista diferenciados; detalhes relevantes para uma percepção do quadro completo seriam omitidos; e a informação apareceria destacada do conjunto de ocorrências com as quais o fato relatado faria corpo e sentido.

Não se trata de descurar tais limites – mas de observar que o conceito de “credibilidade” acionado pelo editor é o que corresponde às lógicas interacionais do sistema jornalístico assumido como se fosse um conceito universal. Diversamente, cabe

perguntar: que tipo de credibilidade pode ser avocado pelos que circulam diretamente suas informações? A resposta é simples: corresponde ao fato de o informador ter participado diretamente das ocorrências relatadas – ou seja: dispor de uma visão interna, participante. Trata-se da credibilidade testemunhal – que tem um peso significativo no acolhimento de informações. Perceber esse critério específico de credibilidade não implica esquecer os limites dessa circulação (como a possibilidade de falseamento e manipulação) para os quais se devem buscar salvaguardas. Mas podemos assumir que, em suas reações adaptativas, o que o jornal busca nas redes sociais é uma articulação deste ângulo de credibilidade testemunhal (ou de engajamento) a seus critérios mais habituais de acolhimento pelo público.

*

No que se refere às assimetrias na circulação das informações, o ponto básico é dado pela referência feita a Fausto Neto – mostrando que os ajustes, operados pela maioria dos jornais para se conectarem aos circuitos informatizados da iniciativa social, não asseguram simetria. Uma hipotética simetria corresponderia a assumir que a diferença de “gramáticas” entre a produção e a recepção, observada por Verón, deixasse de ocorrer. Fausto Neto mostra, porém, que os processos de produção e circulação jornalística permanecem “no âmbito da lógica do sistema produtivo” – nas “zonas de pregnâncias” do jornal.

A rigor, as relações com o receptor propriamente dito (o leitor, espectador, usuário) não se modificam em quase nada. Podemos assumir uma percepção mais aguda de uma parte dos receptores pelo uso, em paralelo, de redes sociais – mas isso apenas vai se compor com uma aprendizagem prática sobre informação que já vem,

desde sempre, caracterizando o perfil do leitor – que aprende a usar, selecionar, interpretar a circulação de notícias através da própria prática de ler notícias – complementada pelos debates pessoais na zona da oralidade, que se fazem a respeito dos fatos reportados e das maneiras de reportá-los.

Na realidade, a questão de uma almejada simetria parece ser eco de uma crítica tradicional à grande mídia. Esta seria manipuladora ou opressiva em razão da assimetria entre o sistema de produção e as possibilidades de ação interacional do receptor. Entretanto, não é a *assimetria interacional* que deve ser posta em causa – e sim o forte risco de uso opressivo dessa assimetria. Não se enfrentam os riscos associados à assimetria por uma exigência incondicional de simetria. Essa última pode, aliás, ser indesejável ou impossível, em muitas circunstâncias: o que seria uma simetria entre o médico e o paciente? Entre o professor e o aluno? O enfrentamento dos riscos pede uma interação explícita e igualitária (o que é diferente de “simetria”) sobre os riscos especificamente ocorrentes e sobre como evitá-los.

Malgrado não se obter simetria, no processo jornalístico, assinalamos uma modificação significativa nos movimentos de apuração – em que as fontes tradicionais, cultivadas por seleções feitas pelo próprio jornal, são agora ladeadas por iniciativas de participantes da sociedade em geral, em ações que tensionam os jornais para estimular pautas, acrescentar pontos de vista, reclamar omissões. Pelo menos em alguns pontos do processo, tais procedimentos podem superar alguns dos riscos da mantida assimetria.

*

A terceira questão que perpassa os ângulos abordados por Pedro Benevides é a da diversificação de ângulos informativos relevantes para a opinião pública. Um dos argumentos tradicionais em

defesa do jornalismo empresarial é justamente o de assegurar, pela pluralidade de veículos, a diversidade de ângulos políticos na seleção de ocorrências e na sua interpretação. Efetivamente, certa gama de variação parece assegurada – mas fica longe de abranger a diversidade de interesses da sociedade civil e dos debates requeridos para que os leitores vejam esclarecidas as questões básicas da cidadania.

Uma potencialidade de circuitos informativos outros, além de alimentar e tensionar o jornalismo estabelecido, é a de ver a iniciativa direta de temas e debates se diversificar na sociedade civil – sem depender das lógicas da grande empresa midiática. Nessa perspectiva da diversificação estão as duas outras dinâmicas referidas por Pedro, ao lado da pregnância do jornalismo estabelecido. As duas características – a deriva e o fluxo adiante (com seu contrafluxo de antecipações) podem ser vistos como processos de enfrentamento ou de indiferença com relação “às metas de grandes operadores midiáticos”. Não são tipos de circuito, mas dinâmicas possíveis em toda uma variedade de circuitos.

A sociedade não se mostra como massa indistinta, como já evidenciado por Barbero, ao enfatizar as mediações culturais no recebimento dos produtos midiáticos. Além disso, tais produtos não chegam ao receptor como se esse fosse o ponto final do circuito. Os processos de fluxo continuado mostram que, ainda que os pontos de partida sejam diretivos¹⁰³, as informações são repercutidas adiante, reinterpretadas, rearticuladas com outros acervos e outras informações – são editadas por cada participante ou grupo.

103 Vale assinalar que não o são, necessariamente. A continuidade do fluxo é efetivamente um elemento de resistência e de desvio com relação a processos assimétricos e centralizados, mas o que chamamos de “fluxo contínuo marcado pela retroação da escuta prevista” se manifesta como processo típico da sociedade em geral (midiática ou não), e que pode ser iniciado a partir de quaisquer de seus dispositivos interacionais.

De modo correlato, a proposta de Pedro Benevides, assinando – com a adequada expressão “deriva” – fluxos que escapam inteiramente a circuitos pré-planejados e a condensações de diretividade, mostra a potencialidade expressiva e interacional resultante de sequer tentarem tensionar o sistema estabelecido. Tensionam por sua presença, mais que por um programa de ação. Como diz Pedro,

aqui a fuga se realiza, mas não nos termos da preocupação de gestores e sim como ação espontânea de quem nem se importa em fugir, uma vez que o deslizamento não quer partir de ou chegar a nenhum ponto equivalente às metas de grandes operadores midiáticos.

Tais processos de deriva – onde quer que tenham a possibilidade de se manifestar – podem ser vistos como viabilizadores de diversidade, de experimentação comunicacional sobre informações, de busca para outras e outras consolidações. Nesse sentido, quando conseguem assegurar diversidade de ângulos informativos relevantes para a opinião pública, contribuem mais para a sociedade do que o faria uma luta pela simetria.